

# ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA CENTRAL DE COMPRAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

**Ref.:** Pregão Eletrônico SRP nº 90007/2024

Edital nº 8/2025

**DATEN TECNOLOGIA LTDA.** (“DATEN” ou “Recorrente”), pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rodovia Ilhéus – Uruçuca, Km 3,5, BA 262, Iguape, CEP: 45.658-335, Ilhéus/BA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.602.789/0001-01, neste ato representada por seu representante legal, vem, tempestivamente<sup>1</sup>, na forma da legislação vigente, em conformidade com o item 11 do edital e art. 165 da Lei nº 14.133/2021, apresentar

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

contra a decisão que declarou a **GRUPO MULTI S.A.** (“Multilaser”), já qualificada nos autos do certame, como vencedora dos itens 1 e 2<sup>2</sup> do Pregão Eletrônico SRP nº 90007/2024 (“Pregão”), esperando e requerendo que V. Sa., manifestando-se pelo seu acolhimento, reconsidere a decisão ora vergastada para declarar a desclassificação da Multilaser, ou, assim não entendendo, que remeta o processo para autoridade superior, a fim de que esta se pronuncie sobre o Recurso, na forma do artigo 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

### **I. BREVE RESUMO DOS FATOS**

01. Em 19/05/2025 foram recebidas as propostas do Pregão Eletrônico SRP nº

---

<sup>1</sup> A Multilaser foi declarada vencedora do certame em 24/07/2025, abrindo-se o prazo de três dias úteis para interposição de recurso pelas outras licitantes, o qual encerra-se em 29/07/2025, sendo, portanto, tempestivo o presente recurso administrativo.

<sup>2</sup> Muito embora a Multilaser tenha sido declarada vencedora nos itens 1, 2, 3 e 4, por ter apresentado proposta apenas para os itens 1 e 2, a Recorrente é considerada “interessada” apenas em relação a esses itens, devendo a Administração avaliar a pertinência das alegações de recurso em relação aos demais itens.

90007/2024 (“Pregão Eletrônico”), cujo objeto compreende o registro de preços para a compra nacional de dispositivos de tecnologia da informação destinados ao uso educacional, visando atender às necessidades da rede pública brasileira de educação básica, conforme demanda contida no DFD nº 262/2024 atualizado pelo DFD nº 97/2025 e condições e especificações do Edital e seus anexos.

02. Após etapa de lances e análise dos requisitos de habilitação, a Multilaser foi declarada vencedora dos itens 1, 2, 3 e 4 do Pregão. Ocorre que a Multilaser não cumpre os requisitos legais e editalícios para sua habilitação. Não só isso, a Multilaser ainda apresentou declaração cujo conteúdo é incompatível com as exigências normativas que aparentemente passou despercebido pela análise técnico-jurídica da documentação. Por fim, a especificação técnica dos equipamentos não atende aos requisitos da licitação. Tais irregularidades, como se demonstrará a seguir, possuem impacto direto no resultado do certame, de modo que a Multilaser jamais poderia ter sido declarada vencedora.

## **II. DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DA MULTILASER E CONFLITO DE INTERESSES**

03. A compra nacional, objeto do Pregão, visa atender às secretarias estaduais e municipais, entre elas a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que é órgão participante do certame<sup>3-4</sup>. Conforme consta na “Relação da Volumetria por Órgãos Participantes”, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo manifestou expressamente a Intenção de Registro de Preços (IRP) para os Itens 01 e 02, o que demonstra seu interesse direto na contratação.

04. Com o objetivo de assegurar a lisura dos procedimentos licitatórios e prevenir situações de conflito de interesses no âmbito da Administração Pública, a Lei 14.133/2021 dispôs em seu artigo 9º, §1º:

---

<sup>3</sup> De acordo com as definições da Lei 14.133/2021, órgão ou entidade participante significa o “órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços”. (art. 6º, XLVIII)

<sup>4</sup> Ver Item 7 do Edital.

§1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

05. O edital do Pregão, por sua vez, cuidou de regulamentar essa vedação, especificando de forma objetiva as hipóteses que configuram conflito de interesses no âmbito do certame e que, por conta disso, comprometem a legalidade e imparcialidade do processo:

“3.6. Não poderão disputar esta licitação: [...]

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza **técnica, comercial, econômica, financeira**, trabalhista ou **civil** com dirigente do **órgão ou entidade contratante** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;”

“3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.”

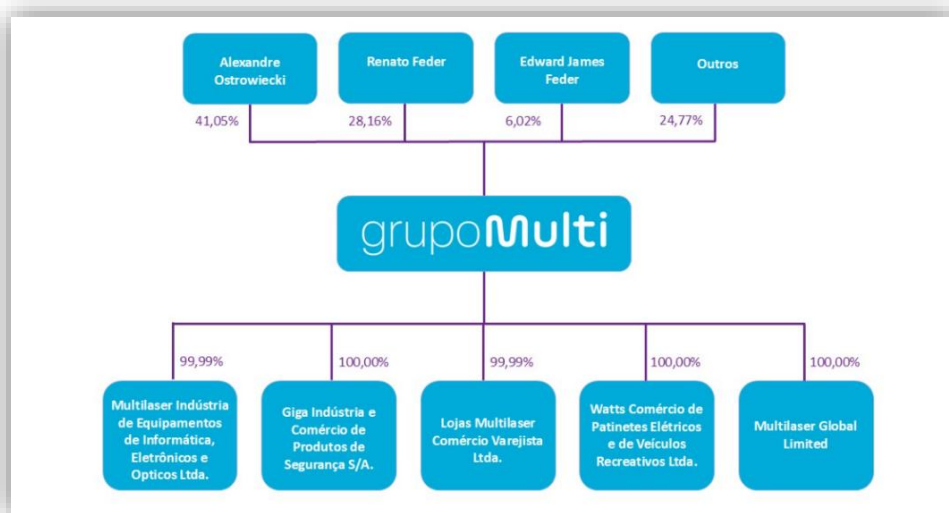
06. Ocorre que a empresa Multilaser, declarada vencedora dos itens 1 a 4 do certame, possui entre seus principais acionistas o atual Secretário de Educação do Estado de São Paulo. Tal circunstância viola diretamente o disposto no art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, além de configurar hipótese expressamente vedada pelo item 3.6.5 e 3.6.10 do Edital. Senão vejamos.

07. O Sr. **Renato Feder**, detentor de mais de 28% (vinte e oito por cento) do capital social da empresa, atualmente exerce o cargo de **Secretário de Educação do Estado de São Paulo**, órgão participante e, portanto, contratante do Registro de Preços. Embora tenha deixado a posição de CEO da empresa em 2018, sua condição de sócio relevante e beneficiário direto da Multilaser persiste, sendo amplamente noticiada na imprensa e

registrada em documentos oficiais. Conforme demonstram as seguintes evidências:



Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/institucional/a-secretaria/quem-e-quem/quem-e-quem/secretario-do-estado/>. Acesso em: 25 de julho de 2025.



Disponível em: <https://ri.multilaser.com.br/governanca-corporativa/estrutura-societaria/>. Acesso em: 25 de julho de 2025.

08. Adicionalmente, o Sr. **Edward James Feder**, tio do Sr. Renato Feder e, portanto, parente em linha colateral de 2º grau, também possui participação acionária na Multilaser, detendo mais de 6% (seis por cento) do capital da empresa, e atua diretamente na gestão da empresa como membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria:

## Conselho De Administração

Nome	Posição	Data de Eleição	Término do Mandato
> Alexandre Ostrowiecki	Presidente do Conselho de Administração	Abril de 2025	Até 1ª Reunião do Conselho de Administração após AGO de 2027
> Tomas Henrique Fuchs	Vice-Presidente (Independente)	Maio de 2021	Até AGO de 2025
> Enéas Cesar Pestana Neto	Membro Independente	Outubro de 2024	Até AGO de 2025
> Edward James Feder	Membro Independente	Fevereiro de 2024	Até 1ª Reunião do Conselho de Administração após AGO de 2027
> Carlos Eduardo Altona	Membro Independente	Fevereiro de 2023	Até AGO de 2025

Disponível em: <https://ri.multilaser.com.br/governanca-corporativa/diretoria-conselhos-e-comites/>. Acesso em: 25 de julho de 2025.

## Comite de Auditoria

Nome	Posição	Data de Eleição	Término do Mandato
> Eder da Silva Grande	Membro Qualificado/ Coordenador	Outubro de 2024	Até AGO de 2025
> Marcos Edson Pinto Rodrigues	Membro Efetivo	Maio de 2021	Até AGO de 2025
> Edward James Feder	Membro (Conselheiro Independente)	Fevereiro de 2024	Até AGO de 2025

Disponível em: <https://ri.multilaser.com.br/governanca-corporativa/diretoria-conselhos-e-comites/>. Acesso em: 25 de julho de 2025.

09. O Sr. Renato Feder figura, simultaneamente, em ambas as posições da relação contratual: de um lado, como dirigente máximo do órgão contratante; de outro, como acionista relevante da empresa contratada (diretamente e aliado à participação de parente em segundo grau) com participação societária expressiva e, via parentesco em segundo grau, com atuação na governança da companhia. Tal configuração caracteriza hipótese objetiva de conflito de interesses, nos termos dos itens 3.6.5 e 3.6.10 do Edital e do art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

10. A atuação do Sr. Renato Feder, de um lado, como Secretário de Educação do Estado de São Paulo e, de outro, como acionista relevante e beneficiário econômico da empresa subscritora da Ata de Registro de Preço, configura não apenas violação à legislação aplicável e violação ao Edital, mas também ofensa direta aos princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e probidade administrativa, previstos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, comprometendo a integridade do certame e a confiança no regular exercício da função pública.

11. Assim, essa condição revela a **nulidade da participação da Multilaser** para os itens em que o Estado de São Paulo figura como órgão participante, em razão da configuração de **conflito de interesses real e objetivo**, com evidente risco à isenção e imparcialidade do processo licitatório.

12. Nessa hipótese, a **Multilaser não poderia sequer apresentar proposta** para os referidos itens, diante da previsão expressa de vedação no edital e da situação de conflito diretamente ligada à figura de seu sócio e agente público estadual. Conforme consta no Termo de Referência (ANEXO I – TR):

**12. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 12.1. Sistema de Registro de Preços (SRP), de acordo com o inc. XLV do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021, é o “conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras”.
- 12.2. A Ata de Registro de Preços é o “documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas” (inc. XLVI do art. 6º da Lei nº 14.133 de 2021).
- 12.3. O órgão gerenciador será o FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE).
- 12.4. Além do gerenciador, **são órgãos e entidades públicas** participantes do registro de preços todas as **SECRETARIAS ESTADUAIS** e SECRETARIA MUNICIPAIS de **Educação**, que acompanham a Rede Pública de Educação Básica, por si e/ou por intermédio de suas respectivas unidades administrativas superiores e/ou vinculadas.

13. Agrava a situação o fato de que a Multilaser apresentou, entre os documentos de habilitação, **declaração de inexistência de fato impeditivo** para contratar com a Administração. Essa declaração, diante do cenário exposto, mostra-se **falsa**, em afronta direta aos princípios da **boa-fé objetiva** e da **vinculação ao instrumento convocatório**.

14. Ressalte-se que, em outras declarações constantes do processo, a Multilaser mencionou exclusivamente os termos **“município”** e **“Poder Executivo Municipal”**, omitindo deliberadamente referências ao **Estado** ou **Administração Estadual**. Tal omissão, considerando que diversos órgãos estaduais – inclusive a Secretaria de Educação de São Paulo – participam do certame, sugere tentativa de **ocultar fato impeditivo** e contornar as vedações legais e editalícias:

- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do **Poder Executivo Municipal**, exercendo funções técnicas, econômica, financeira, trabalhista, gerência, administração ou tomada de decisão, ou que deles, seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV, do art. 14 da Lei 14.133).

15. Ademais, a apresentação de declaração falsa em licitação configura infração administrativa grave e deve ensejar, além da **inabilitação imediata**, a aplicação das **sanções previstas nos arts. 156 e 157 da Lei nº 14.133/2021**, incluindo **impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública.

## **II.I. DA FALSIDADE DAS DECLARAÇÕES E SEUS IMPACTOS**

16. A Multilaser, ao apresentar suas “declarações gerais”, assumiu o cumprimento de condições que, à luz dos fatos aqui demonstrados, são **manifestamente inverídicas**. Destacam-se as seguintes inconsistências:

- a) **“Cumpre as condições estabelecidas para efeito de habilitação e responderá acerca da sua veracidade, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/21”**. Conforme demonstrado, a Multilaser sabidamente não cumpre as condições de participação do certame.
- b) **“Não tem conhecimento, no momento, da participação de servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, consoante inciso IV do art. 14º da Lei 14.133, que está ciente da obrigatoriedade de denunciar qualquer irregularidade que porventura venha a acontecer”** – Esta declaração é falsa, pois o Sr. Renato Feder, acionista relevante da empresa, é Secretário de Educação do Estado de São Paulo, órgão contratante do certame. Além disso, o seu tio (parente em linha colateral de segundo grau) é acionista e membro da administração da Multilaser.
- c) **“Nos termos do art. 14, da Lei nº 14.133, não possui como sócio ou procurador, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo,**

**nem mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração Pública ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.”** – Essa afirmação é falsa, contrariada pelo fato de o Sr. Renato Feder ser agente público estadual e sócio da empresa, o que configura, por si só, hipótese de vedação legal à participação, reforçada pelo vínculo familiar com outro sócio e administrador da companhia.

- d) **“Os documentos apresentados são fiéis e verdadeiros.”** – Diante das inconsistências materiais acima listadas, esta declaração geral de veracidade também se mostra comprometida.
- e) **“Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Municipal, exercendo funções técnicas, econômica, financeira, trabalhista, gerência, administração ou tomada de decisão, ou que deles, seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV, do art. 14 da Lei 14.133).”** – Não haveria qualquer sentido em aceitar que a declaração prestada apenas para as entidades municipais considerando que entidades estaduais também são participantes e contratantes nesse certame. Aqui há tentativa de ludibriar a análise da Comissão, diante do volume de documentos, informações e declarações prestadas nos documentos de habilitação e proposta. Ainda que restrita à esfera municipal, a menção ao inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 impõe vedação a vínculos com **qualquer ente da Administração Pública**, abrangendo também o âmbito estadual. Portanto, a tentativa de limitar a declaração à esfera municipal não exime a Multilaser da obrigação de declarar a existência de vínculo com agente público estadual, como é o caso.

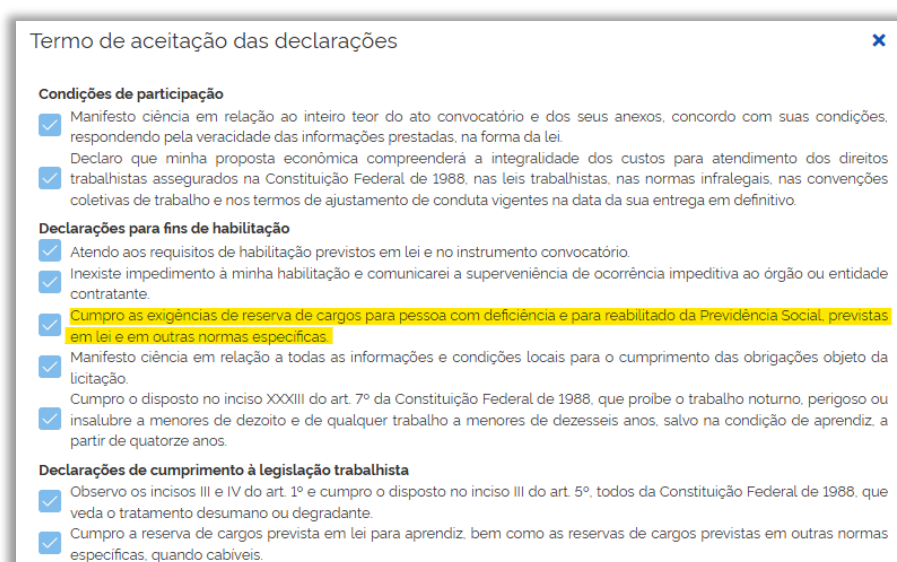
17. Diante de todos esses elementos, a apresentação de declarações falsas ou omissas por parte da Multilaser, além de comprometer a lisura da licitação, impõe sua desclassificação imediata e a responsabilização nos termos da Lei nº 14.133/2021, na esfera administrativa, em especial quanto às sanções administrativas previstas em seus arts. 155 a



157 e esfera penal.

### III. DO NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

18. Conforme item 4.3.4<sup>5</sup> do edital, no ato de cadastramento da proposta inicial no sistema utilizado para o certame, as licitantes deveriam declarar que cumprem as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Os seguintes campos deveriam ser obrigatoriamente assinalados pelas licitantes:



Termo de aceitação das declarações

**Condições de participação**

- ☒ Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- ☒ Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

**Declarações para fins de habilitação**

- ☒ Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.
- ☒ Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
- ☒ Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ☒ Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- ☒ Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**Declarações de cumprimento à legislação trabalhista**

- ☒ Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- ☒ Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

19. Nos termos do item 8.7<sup>6</sup> do edital, durante a fase de habilitação, será verificado se o licitante apresentou a declaração de cumprimento da reserva legal de cargos. Caso essa condição não seja cumprida, a consequência é a inabilitação.

<sup>5</sup> 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que: (...) 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

<sup>6</sup> 8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

20. A Multilaser, além de assinalar os campos indicados acima (o que é obrigatório para que a empresa possa participar do certame), também apresentou declaração adicional, em que afirma expressamente que atende às regras do art. 93 da Lei nº 8.213/91:

GRUPO MULTI S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 59.717.553/0006-17, sediada na Rua Josefa Gomes de Souza, 382sede, Bairro dos Pires, CEP 37640-000, Extrema (MG), **DECLARA** que está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da sua empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

Extrema (MG), 19/05/2025.

21. Aqui cabe abrir breve parênteses para pontuar que, conforme item 4.6<sup>7</sup> do edital, em caso de falsidade das declarações referentes ao cumprimento da reserva de cargos, a licitante estará sujeita às sanções previstas no próprio Edital e na legislação aplicável.

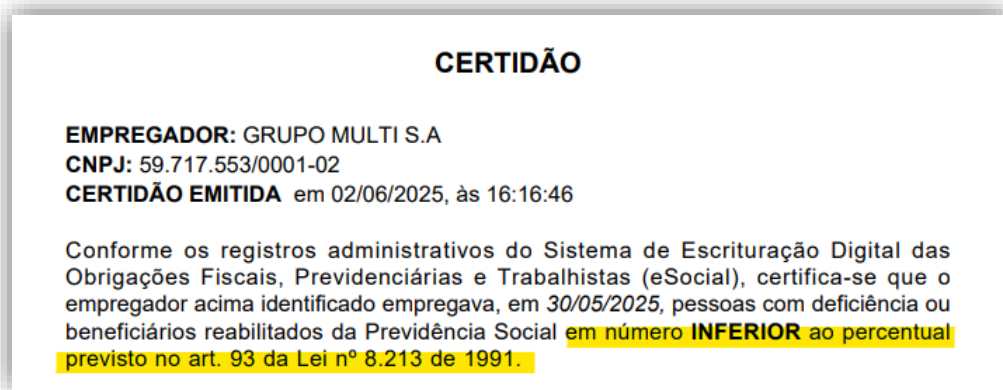
22. Além de ser requisito de habilitação, a referida exigência é igualmente pressuposto de manutenção do contrato a ser celebrado. Conforme dispõe o item 9.1.12<sup>8</sup> da minuta de contrato anexa ao edital, durante todo o período de execução do contrato deverá ser cumprida a reserva de cargos legalmente exigida.

23. As referidas exigências editalícias traduzem preceito escupido na própria Lei nº 14.133/2021, que, no seu art. 63, IV que será “exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas”.

<sup>7</sup> 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

<sup>8</sup> 9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

24. Ao analisar a documentação apresentada pela Multilaser, verifica-se que foi incluída uma declaração de cumprimento da exigência em questão. No entanto, quando se verifica o site do Ministério do Trabalho e Emprego (“MTE”), verifica-se que tal declaração não condiz com a realidade. Conforme certidão emitida pelo referido órgão (anexa ao presente), em 02/06/2025 a Multilaser não cumpria o requisito legal, estando, portanto, em desacordo com exigência editalícia e legal:



25. Todos os CNPJs da empresa — **matriz e filiais** — constam em situação **ativa** na Receita Federal, conforme documentos anexos, e **nenhum deles cumpre integralmente** a reserva legal de cargos para PCD, conforme certidões também anexadas. Isso demonstra não apenas o descumprimento da obrigação legal, como **a tentativa de induzir a Administração ao erro**, apresentando justificativas parciais e insuficientes que não se sustentam frente aos dados objetivos disponíveis.

26. Importante salientar que a sede da Multilaser está localizada na cidade de São Paulo, portanto não há de se alegar a falta de disponibilidade de mão de obra que atenderia o percentual obrigatório de reserva e preenchimento de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social. A tentativa da Multilaser de generalizar sua condição local em apenas um dos municípios onde atua, desconsiderando deliberadamente a sede e demais unidades, **reforça a má-fé da empresa** e a estratégia de **ocultação da real situação de inadimplência**, contrariando frontalmente o previsto nos arts. 63, IV, e 155, VIII, da Lei nº 14.133/2021.

27. Importa destacar que, ao exigir que o licitante cumpra com a reserva de cargos legal,

o intuito do legislador não é apenas garantir que existam vagas reservadas para isso, mas que efetivamente elas estejam preenchidas. Nesse sentido, o caput o art. 93 da Lei nº 8.213/91 prevê expressamente que as empresas com 100 (cem) ou mais empregados estão obrigadas a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência<sup>9</sup>.

28. Assim, não basta que os cargos destinados a essa parcela da população existam, sendo o efetivo preenchimento requisito necessário para fins de cumprimento do quanto disposto nas Leis nº 8.213/91 e 14.133/2021.

29. Ressalte-se, ainda, que embora a Lei nº 14.133/2021 e o edital mencionem apenas a exigência de apresentação de declaração de cumprimento da reserva legal, é necessário que tal declaração seja verdadeira, conforme, inclusive, indicado pelo item 4.6 do edital. Nesse sentido, a Advocacia Geral da União (“AGU”), no recente Parecer 00060/2024/DECOR/CGU/AGU<sup>10</sup>, que estabeleceu as diretrizes que deverão ser seguidas pela Administração Pública quanto a esta exigência legal, manifestou-se no sentido de que a declaração emitida pelo licitante tem **presunção relativa de veracidade**, que pode ser desconstituída através de outros documentos, como as certidões expedidas pelos órgãos competentes.

30. Em igual sentido o Plenário do Tribunal de Contas da União (“TCU”) proferiu o Acórdão nº 523/2025<sup>11</sup>, no qual é afirmado que:

“Bem se vê que a inovação introduzida no procedimento licitatório tem o objetivo claro de se tornar um mecanismo de política pública destinado a reduzir o quadro de desigualdade e vulnerabilidade de categorias específicas. Nesse sentido, o art. 92, inciso XVII, da Lei 14.133/2021, também exige a inclusão, como cláusula do contrato a ser firmado com o licitante vencedor, do cumprimento das aludidas reservas de vagas durante a vigência do contrato. Contudo, tais exigências precisam estar alinhadas aos princípios descritos no art. 5º da mesma Lei, com destaque, nesse caso, para o interesse público, a

<sup>9</sup> Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: (...)

<sup>10</sup> Disponível em: [https://sapiens.agu.gov.br/valida\\_publico?id=1711642245](https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1711642245). Acesso em: 25 de julho de 2025.

<sup>11</sup> Disponível em: [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/\\*/NUMACORDAO%253A762%2520ANOACORDAO%253A2023%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A762%2520ANOACORDAO%253A2023%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0). Acesso em: 25 de julho de 2025.

economicidade e a competitividade.

Nesse sentido, cabe esclarecer que a exigência legal, na fase de habilitação, é apenas a declaração formal do licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, presumindo-se sua veracidade com base nos princípios da boa-fé e da lealdade processual. **Isso não impede, obviamente, que essa declaração seja questionada de ofício ou a partir de elementos trazidos ao processo licitatório, no âmbito de recurso administrativo, no qual se argumente no sentido da inveracidade de declaração.**” [grifos nossos]

31. Ora, conforme entendimento da AGU e do TCU, tratando-se de presunção relativa de veracidade, a declaração pode ser contestada por elementos probatórios legítimos e que demonstrem a sua inveracidade. Nesse sentido, a certidão emitida pelo MTE atesta objetivamente que a Multilaser não atende ao preenchimento mínimo de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, contrariando o quanto exigido pela Lei nº 14.133/2021 e pelo edital.

32. Ressalte-se que, no âmbito da AGU, existem opinativos no sentido de que os requisitos trazidos pelo art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021 são objetivos, não cabendo aos agentes contratantes quaisquer interpretações sobre os limites de atendimento. Assim, deve-se prevalecer a informação emitida pelo MTE. Nesse sentido o Parecer nº 00267/2023/CJU-MG/CGU/AGU destaca que:

“[...] temos tido o entendimento de que as situações de habilitação à participação do certame descritas na Lei de Regência são objetivos e não merecem interpretação por parte do pregoeiro ou agente de contratação. Assim, **caso fosse o caso de a declaração existente nos órgãos públicos não coincidir com a realidade, a solução seria o interessado diligenciar até o órgão público a fim de submeter suas informações e assim obter a retificação da informação obtida.** 8. Ademais, **incabível ao agente da contratação efetuar juízo de avaliação acerca de informações trazidas unicamente pela interessada.** Para que isso pudesse ser realizado de forma efetiva, toda a contabilidade e demais informações acerca das contratações teriam que ser disponibilizados à Administração, o que seria incabível em razão do tempo que seria despendido e também do conhecimento que seria necessário ao agente público poder analisar tal situação. 9 . **Assim, a informação abstrata, a nosso ver, não teria o condão de invalidar a informação objetivamente considerada pela emissão da declaração emitida pelo órgão público, que, pelo menos a princípio, reveste-se de fé pública** e só poderia ser atacada pelo próprio interessado através dos meios próprios. [...] 11. Não se desconhece o fato de que o envidamento de esforços no sentido de cumprir a norma poderia ser um sinalizador de seu cumprimento, mas isso é realizado no campo dos fatos, ou seja, com análise profunda dessa iniciativa, o que não é cabível no campo da análise objetiva que se faz da documentação necessária à participação de interessados no certame. Repisa-se que a verificação, análise e correção dos dados constantes dos órgãos públicos deve ser realizada de forma prévia pelo

interessado em participar do processo licitatório junto ao órgão público detentor do dado incorreto. Tal tarefa não pode competir ao pregoeiro, que não tem tempo nem conhecimento técnico para assim proceder, o que poderia, em alguns casos, a absurdos, levando a interpretação contraditórias sobre a aplicação da norma, tanto pelo órgão público responsável pela análise do cumprimento das cotas, quanto pelo agente da contratação.” [grifos nossos]

33. Assim, a despeito da licitante ter apresentado a aludida declaração, ao afirmar que resguardava cota no percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, fez dela constar informação errônea, já que, em verdade, não o faz, conforme certidão emitida pelo MTE.

34. Aqui cabe pontuar, inclusive, que a Multilaser já foi desclassificada de outro certame licitatório (Pregão Eletrônico SRP nº 90.031/2024 da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH) pelo mesmo motivo, qual seja, o não cumprimento da obrigação de reserva legal de vagas para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social.

35. Na ocasião, a Multilaser sustentou que para fins de cumprimento do requisito de habilitação, bastaria que fosse feita a declaração de cumprimento da exigência de reserva dos cargos. No entanto, acertadamente a EBSERH não acolheu a referida alegação, já que, como aqui demonstrado, vai em sentido contrário à legislação e ao entendimento da AGU e do TCU sobre o tema.

36. Nesse contexto, fica evidente a necessidade de reforma da decisão, de forma a declarar a inabilitação da Multilaser, já que a aceitação da declaração, mesmo diante de prova objetiva de que a licitante não cumpre a cota legal de contratação de pessoas com deficiência ou reabilitadas, não apenas contraria a legislação vigente, como também compromete a integridade do processo licitatório e enfraquece a efetividade da política pública de inclusão social no mercado de trabalho.

37. Ressalte-se que a referida política pública traduz princípio de ordem constitucional e compromisso assumido a nível internacional pelo Brasil, conforme Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada com status de emenda constitucional pelos Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009.

38. Ademais, frise-se que apresentar declarações que não condizem com a realidade

fática pode não apenas resultar na inabilitação do licitante, mas na imposição de penalidades, conforme art. 155, VIII, e art. 156 da Lei nº 14.133/2021, conforme pontuado acima. Não é demais destacar que, diante de indícios de possíveis irregularidades, a Administração Pública tem o poder-dever de investigar a potencial violação legal.

39. Por fim, a inidoneidade da declaração compromete a boa-fé objetiva e a legitimidade de todo o procedimento licitatório, devendo ser rejeitada pelo órgão público sob pena de convalidação de ato *contra legem*. A tolerância a tal irregularidade viola os princípios da isonomia e da legalidade, especialmente considerando que outras empresas potencialmente aptas podem ter sido dissuadidas de participar do certame por não atenderem ao requisito em questão.

40. Portanto, é salutar que se proceda à desclassificação da licitante e igualmente perquirar-se a responsabilidade pela apresentação em processo licitatório de declaração com informação inverídica.

#### **IV. DO DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS TÉCNICOS PARA OS ITENS 01 E 02 (ANEXO V - CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS)**

41. Conforme as exigências do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90007/2024, especialmente para os Itens 01 (Desktop Ultracompacto Padrão – Linha Corporativa) e 02: Notebook Padrão – Linha Corporativa (Uso Institucional), é mandatório que o equipamento ofertado atenda às características mínimas de suas interfaces. Tais exigências estão detalhadas no **ANEXO V - Caderno de Especificações Técnicas**, que integra o presente Edital para todos os fins e efeitos, conforme item 14.11.5<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos: 14.11.5. ANEXO V - Caderno de Especificações Técnicas.

#### IV.I. DO ITEM 01: DESKTOP ULTRACOMPACTO PADRÃO – LINHA CORPORATIVA (USO ADMINISTRATIVO) – INCONFORMIDADE DAS PORTAS USB

42. Para o Item 01, o **APÊNDICE A. REQUISITOS ESPECÍFICOS: DESKTOP ULTRACOMPACTO PADRÃO – USO INSTITUCIONAL**, Requisito: A-30, é claro ao exigir que o dispositivo possua, no mínimo, 04 (quatro) interfaces USB, distribuídas da seguinte forma:

- **(a) Frontal:** no mínimo 02 (duas) interfaces, sendo 01 (uma) USB-A 3.0 (padrão/superior) + 01 (uma) USB-C 3.1 Gen2 (ou superior).
- **(b) Traseira:** no mínimo 02 (duas) interfaces, podendo ser ambas USB-A 3.0 (padrão/superior) OU 01 (uma) USB-A 3.0 + 01 (uma) USB-A 2.0.

43. A Multilaser ofertou o MiniPC modelo UT300. Contudo, em sua ficha técnica, na seção "Portas e conexões - Frontal", são informadas "2x USB 3.2 Tipo C\*"; "2x USB 3.2 Tipo A\*<sup>13</sup> e 1x Saída para Fone de ouvido / Headset (combo) padrão P2/P3 de 3,5mm". **A ficha técnica da Multilaser omite deliberadamente a versão da interface USB-C.**

44. É possível que o técnico responsável pela análise da proposta pode ter se equivocado ao presumir que o padrão "USB-C 3.2" indicaria versão superior à exigida (USB-C 3.1 Gen 2). No entanto, tal entendimento **é incorreto do ponto de vista técnico**. De acordo com a última nomenclatura adotada pelo **USB-IF (USB Implementers Forum)**, o padrão **USB 3.1 Gen 2 foi renomeado para USB 3.2 Gen 2**, e o antigo USB 3.0 passou a ser chamado de **USB 3.2 Gen 1**. Assim, a menção genérica a "USB 3.2" não permite garantir conformidade com o edital, sendo imprescindível a especificação da geração correspondente. A tabela abaixo ilustra as mudanças de nomenclaturas e a permanência das taxas de transferência:<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Todas as USB frontais são energizadas.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://adrenaline.com.br/noticias/v/58202/usb-30-31-e-32-recebem-nova-padronizacao-em-sua-nomenclatura>. Acesso em 25 de julho de 2025.



Old Technical Name	USB 3.0	USB 3.1	USB 3.2
New Technical Name	USB 3.2 Gen 1	USB 3.2 Gen 2	USB 3.2 Gen 2x2
Marketing Name	SuperSpeed USB	SuperSpeed USB 10Gbps	SuperSpeed USB 20Gbps
Bandwidth	5Gbps	10Gbps	20Gbps
Connector	USB-A and USB-C	USB-A and USB-C	USB-C only

45. No mercado, é prática comum que, **quando uma ficha técnica omite a geração de determinada interface tecnológica**, presume-se que se trata da versão **básica ou inferior**. Isso se aplica especialmente a padrões como USB, em que a geração impacta diretamente na velocidade e desempenho. Se o equipamento ofertado contasse com portas **USB 3.2 Gen 2 ou superior**, essa informação certamente seria destacada como um diferencial competitivo, ou evolução tecnológica diante dos seus concorrentes.

46. No presente caso, a **omissão da geração da porta USB-C** leva à conclusão de que a versão ofertada é a **USB 3.2 Gen 1**, cuja **velocidade máxima de transferência de dados é de 5 Gbps**, inferior à exigência do edital, que requer **USB-C 3.1 Gen 2**, com **velocidade máxima de transferência de dados é de 10 Gbps**. Diante disso, resta evidente que o equipamento ofertado **não atende aos requisitos técnicos mínimos** estabelecidos no Requisito A-30 do Apêndice A, motivo pelo qual a proposta da Multilaser deve ser **desclassificada por incompatibilidade técnica**.

#### **IV.II. DO ITEM 02: NOTEBOOK PADRÃO – LINHA CORPORATIVA (USO INSTITUCIONAL) – INCONFORMIDADE DAS PORTAS USB E PROCESSADOR**

47. Para o Item 02, o **APÊNDICE B. REQUISITOS ESPECÍFICOS: NOTEBOOK PADRÃO – LINHA CORPORATIVA (USO INSTITUCIONAL)**, Requisito: B-27, estabelece que o notebook deve possuir, no mínimo, 03 (três) portas de conexão tipo USB, podendo ser:

- **(a)** 2 (duas) portas USB-A 3.0 (padrão) ou superior + 1 (uma) porta USB-C 3.1 Gen2 (ou superior) energizada com suporte a vídeo e transferência de dados;
- **(b)** 1 (uma) porta USB-A 3.0 (padrão) ou superior + 2 (duas) portas USB-C 3.1 Gen2 (ou superior).

48. A Multilaser ofertou o Notebook modelo UL214. No entanto, em sua ficha técnica, na seção "Portas/Interfaces", é listado "1x USB 3.2 Tipo-C (opções: sendo somente dados ou full function (Power Delivery, Dados, DisplayPort(DP))); 2x USB 3.2 Tipo-A (Energizada para carregamento de dispositivos e dados); 1x USB 2.0 Tipo-A; 1xHDMI+1xRJ-45+; 1x Saída amplificada para áudio tipo combo, padrão P2/P3 de 3,5mm; 1x Leitor de cartões Micro-SD; Carregamento (opções): USB 3.2 Tipo-C ou DC-in". A ausência da especificação clara da versão da USB-C na ficha técnica da Multilaser indica forte indício de que a interface USB-C ofertada para o Item 02 é inferior à versão "Gen2" exigida pelo Edital.

49. A omissão de informação técnica crucial que poderia comprovar a conformidade com o edital deve ser interpretada em desfavor do licitante, especialmente em face da clareza das exigências do instrumento convocatório.

50. A aderência às especificações técnicas é um pilar fundamental da licitação, garantindo que o objeto a ser contratado atenda plenamente às necessidades da Administração Pública. O item 7.10<sup>15</sup> do Edital reforça a importância dessa etapa ao prever que, após a análise de exequibilidade das propostas, o pregoeiro convocará o licitante classificado em primeiro lugar para a apresentação dos documentos referentes à 1ª Etapa do Controle de Qualidade dos itens, nos termos dos cadernos de informações técnicas e do Anexo de Controle de Qualidade. A aceitação de uma proposta que não cumpre um requisito técnico tão específico e relevante comprometeria a qualidade e o desempenho dos equipamentos a serem adquiridos, o que vai de encontro ao interesse público e aos objetivos do Pregão Eletrônico SRP nº 90007/2024.

---

<sup>15</sup> 7.10. Durante a fase de julgamento, após a análise documental que comprove a exequibilidade das propostas, o pregoeiro convocará o licitante inicialmente classificado em primeiro lugar para a apresentação dos documentos referentes à 1ª Etapa do Controle de Qualidade dos itens pelos quais o licitante foi classificado, nos termos dos cadernos de informações técnicas e do Anexo de Controle de Qualidade, encarte do Anexo VII.

#### **IV.III. DA NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO DE AMOSTRA E DA CONSEQUENTE DESCLASSIFICAÇÃO**

51. Importante ressaltar que o próprio **Termo de Referência (ANEXO I – TR)**, em seu **ITEM 4.49.1**, estabelece que: "Resta dúvidas acerca da especificação da SOLUÇÃO e esgotadas as vias documentais será realizada verificação de amostra do objeto para validar se a SOLUÇÃO apresentada pela(s) LICITANTE(S) detém os requisitos mínimos necessários para realização dos serviços a serem contratados, de acordo com as funcionalidades e requisitos descrito no CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, anexo deste TERMO DE REFERÊNCIA." O **item 4.49.2** complementa que "A possibilidade de verificação de amostra, tem previsão no artigo 17, §3º, artigo 41, inciso II, e artigo 42, §2º, todos da Lei nº 14.133, de 2021, e no artigo 12, § 1º da IN SGD/ME nº 94, de 2022."

52. Ainda que a fase de verificação de amostra pudesse ter sido utilizada para dirimir dúvidas, a ausência de informação clara e a evidência contrária apresentada pela própria Multilaser em sua ficha técnica já são suficientes para indicar a não conformidade e a consequente desclassificação. A Administração Pública não deve aceitar produtos que não atendam plenamente às especificações exigidas, sob pena de comprometer a qualidade e o desempenho dos equipamentos a serem adquiridos, e de ferir o princípio da isonomia entre os licitantes.

53. Portanto, diante do exposto, e considerando a clareza da exigência editalícia e a manifesta não conformidade da proposta da Multilaser com os itens 01 e 02, requer-se a desclassificação da Multilaser por descumprimento dos requisitos técnicos de habilitação.

#### **V. DOS PEDIDOS**

54. Diante do exposto, ante todos os argumentos e das evidências apresentadas quanto descumprimento do requisito de habilitação pela Multilaser, requer-se que seja dado provimento aos presente Recurso Administrativo para:

- (i) que seja declarada a desclassificação da Multilaser por ausência dos requisitos necessários para habilitação no certame;
- (ii) proceda-se à investigação e eventual responsabilização da Multilaser em virtude das inconsistências nas declarações apresentadas.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Ilhéus-BA, 29 de julho de 2025.

**DATEN TECNOLOGIA LTDA.**

**José Pacheco de Oliveira Júnior**